

# Sobre a escola austríaca e a metodologia econômica

*Rubem de Freitas Norvaes\**

*Economista, formado pela UFRJ, com doutorado pela Universidade de Chicago*

## Resumo

Este artigo mostra o robusto desenvolvimento da *mainstream economics* ao longo do tempo e defende o argumento de que escolhas erradas na área metodológica, feitas a partir de Mises, levaram à marginalização e à pouca importância relativa da Escola Austríaca de Economia.

Felizmente, tivemos, enfim, o lançamento recente da *Revista Mises*, com o que passamos a dispor de um instrumento de elevado gabarito acadêmico para a difusão das ideias libertárias no Brasil. Não menos importante, a julgar por seu primeiro número, a revista permitirá que os pouco familiarizados com o idioma inglês tomem conhecimento do que os antigos e novos adeptos da Escola Austríaca de Economia andam fazendo para diferenciar-se do que chamam depreciativamente de *mainstream economics*, criticando, especialmente, a reputada Escola de Chicago e seu expoente maior, Milton Friedman.<sup>1</sup> Isso, apesar de

todas as afinidades ideológicas das duas escolas, que, ao longo de muitas décadas, têm procurado sustentar o credo liberal (na acepção europeia da palavra), em um ambiente universitário infestado por intervencionistas de toda ordem.

Cabe notar que, antes dos tempos de Mises e de alguns de seus predecessores na Escola de Viena, o estudo da Economia era dominado pelo pensamento clássico, no qual se destacavam as figuras de Adam Smith, David Ricardo, Pigou, Jean-Baptiste Say e até mesmo Karl Marx, que derivou dos dois primeiros sua teoria da mais-valia, extraída do valor-trabalho. A grande mudança, que estabeleceu e consolidou o período neoclássico, veio com a revolução marginalista liderada, quase que de forma simultânea e independente, por Carl Menger, na Áustria, por Léon Walras, na França, e por Stanley Jevons, na Inglaterra. Na macroeconomia de então, reinava a lei de Say, que deixava a todos despreocupados com “ciclos” econômicos, na presunção de que a oferta, criando os recursos para atender a procura, afastava os riscos de recessão, bastando para tanto que vigorasse no mercado de trabalho plena flexibilidade de salários.

Com a revolução marginalista de final do século XIX, primeiro incorporada à teoria do consumidor e posteriormente adaptada para a teoria da firma e dos fatores de produção, jogou-se luz às trevas da microeconomia, e estruturou-se todo um corpo fechado e coerente, inclusive apropriado ao tratamento lógico da matemática. Da economia política de então nascia uma verdadeira ciência econômica, fundada em princípios lógicos, capazes até mesmo de produzir uma visão global matematizada, consubstanciada no equilíbrio geral walrasiano.

A virada do século presenciou contribuições notáveis para o desenvolvimento da teoria econômica. Sem dúvida, inclui-se nestas contribuições a teoria do capital de Böhm-Bawerk, destacando a

importância do fator tempo no processo produtivo e relacionando a taxa de juros à preferência intertemporal dos agentes econômicos (juro como preço da espera). Marshall, por sua vez, transportava os novos conceitos surgidos da revolução marginalista para a análise de equilíbrio parcial de oferta e demanda em mercados específicos (tesoura marshalliana). Os fundamentos e a metodologia da ciência, desde a publicação dos *Principles of Economics*, em 1890, pareciam caminhar em harmonia, tanto na análise micro quanto na análise macro, esta fundada na lei de Say e na teoria quantitativa da moeda.<sup>2</sup>

A Grande Depressão dos anos 1930 viria alterar essa fase de síntese e refinamento da teoria econômica, já que pareciam estar sendo abalados alguns alicerces da macroeconomia otimista de então. Sem querer discutir aqui as causas da Grande Depressão, parecia que tudo o que ocorria a partir do *Great Crash* de 1929 não encontrava boas explicações nos manuais existentes, o que deu ensejo ao grande sucesso da teoria geral de Keynes, de 1936. Hayek, pressentindo as implicações negativas das ideias de Keynes sobre o intervencionismo estatal, cerrou fileiras contra a “teoria geral”, mas todo o clima da época, favorável a ações governamentais urgentes, abafava seus argumentos.

O fato é que precisamos admitir que Keynes teve *insights* importantes, ao perceber que, diante de crises generalizadas de confiança, os mercados e os modelos econômicos, conforme concebidos na época, não funcionavam a contento. Não era só uma questão de flexibilidade de salários, mas pesava também uma “armadilha da liquidez”, que, ao “empoçar” recursos tanto no sistema financeiro, quanto em empresas e unidades familiares, tirava efetividade da política monetária. Surgia o conceito de insuficiência da demanda agregada para gerar pleno emprego, que viria dominar a macroeconomia por muito tempo, aumentando a importância relativa da política fiscal compensatória.<sup>3</sup>

Juntamente com a influência de Keynes, crescia com força, sobretudo a partir da Grande Guerra, o uso da matemática e da estatística na ciência econômica. O estudo da macroeconomia demandava a construção de agregados econômicos (índices de preços, cálculo do PIB, etc.); e os avanços na informática e o desenvolvimento da econometria permitiam que teorias se submetessem ao “teste do pudim” (é comendo que se prova o pudim!), tão ao gosto da Escola de Chicago.<sup>4</sup>

Contra os keynesianos crédulos, veio a contrarrevolução monetarista, comandada por Friedman, que fez um *restatement* da teoria quantitativa, transformando-a em uma teoria da demanda por moeda e mostrando ser esta mais estável que a função-consumo keynesiana.<sup>5</sup> Testes da teoria mostravam indubitavelmente que *money matters* e que a política monetária era mais poderosa que a política fiscal para influenciar a renda e o emprego.

No campo da metodologia e dos fundamentos da ciência, a grande reação ao *status quo* viria de Von Mises, em seu volumoso e pretensioso *Human Action*.<sup>6</sup> Ao defender o axioma básico da praxiologia, segundo o qual indivíduos estão sempre em busca de estados superiores de satisfação, Mises nada mais fez que substituir, sem qualquer vantagem aparente, a hipótese comportamental de maximização subjetiva de utilidade, já entranhada na profissão (sem qualquer exigência de cardinalidade para o conceito de utilidade). Mas foi na negação do uso da matemática e da estatística que mais se evidenciou a influência maléfica de Mises sobre o desenvolvimento da Escola Austríaca. Ao afirmar que a ciência econômica deveria ser totalmente dedutiva e apriorista e que seria im procedente e inadequada qualquer agregação de variáveis econômicas, o mestre austríaco simplesmente isolou seus seguidores, afastando-os de um progresso espantoso que se espalhou na profissão por inúmeros campos, tais como: comércio internacional; economia do trabalho; desenvolvimento econômico; finanças públicas; moeda e bancos; organização industrial; política macroeconômica e, especialmente, matemática econômica e econometria.

Enganam-se aqueles que imaginam ser a Economia positiva sujeita a testes empíricos – conforme ensinada em Chicago e em outras universidades de ponta –, a antítese de uma teoria dedutiva, construída por meio de princípios lógicos. Ninguém com juízo perfeito na profissão faz correr centenas de regressões, quase que aleatoriamente, para, daí, tentar extrair teorias que se ajustem aos dados. É o inverso: primeiro, a partir da lógica, constrói-se uma teoria. Só depois vamos ao teste, tentando reforçar nossas convicções, o que ocorre quando estas convicções, “popperianamente”, não são falseadas pelos resultados obtidos. Nestas circunstâncias, por que não testar, obtendo resultados dentro de alguns graus de confiança? Será preguiça ou será incapacidade de lidar com os instrumentos econométricos?

Ao passar os olhos pela argumentação de Mises e seus seguidores, e mesmo reconhecendo alguns problemas de agregação por eles apontados, só podemos encontrar uma causa motivadora de tanta oposição ao que seus pares faziam em outras escolas: a da preferência e precedência da ideologia libertária sobre o estudo imparcial, sem julgamentos de valor, da Economia positiva. Mises detestava a ideia de ver políticos e burocratas no leme, procurando dirigir os rumos do país. A existência de dados econômicos agregados, a produção de modelos econométricos e o estabelecimento de relações de causalidade entre variáveis econômicas só serviriam para estimular a ação proativa de *policy-makers*. Era tudo o que Mises não queria. Na mesma linha de raciocínio, podemos justificar sua fixação no padrão-ouro, assim como a preferência de Hayek pelo *free banking*.

Não há nada mais falso que supor a existência de uma *Austrian economics* diferente e apartada da *mainstream economics*. Nossos alicerces são os mesmos. Somos regidos pela lei maior da escassez, segundo a qual “não há almoço grátis”, estando sempre presente um custo de oportunidade. Trabalhamos com a hipótese comportamental da maximização subjetiva de utilidade (ou com o equivalente axioma

básico da praxiologia). Para a firma, a hipótese comportamental é a da maximização dos lucros ou, em formulação mais moderna, a da maximização de seu valor de mercado. Aceitamos o princípio das vantagens comparativas e a lei da demanda negativamente inclinada. Por fim, estamos todos sujeitos à lei dos retornos marginais decrescentes, que se desdobra em duas: utilidade marginal decrescente, na teoria do consumo, e produtividade marginal decrescente, na teoria da produção. Como bem nos lembrava Friedman, não há *Austrian economics* e *mainstream economics*. O que temos é *good and bad economics*.<sup>7</sup>

Mas, voltemos ao desenvolvimento mais recente da macroeconomia, trazido pela reação neoclássica ao keynesianismo. Quando *money matters* passou a ser aceita como proposição indiscutível, a profissão caminhou para um consenso bem expresso na formulação IS-LM, que conciliava equilíbrios nos mercados monetário e de bens e serviços, conquistando livros-texto e salas de aula por todo o mundo.

Eis que surge, por volta da década de 1960, um forte movimento no sentido de incorporar os fundamentos lógicos da microeconomia aos modelos macroeconômicos, estes julgados deficientes por não incorporarem premissas de racionalidade no comportamento dos agentes econômicos. A reação (Phelps e Friedman) começa com a contestação da curva de Phillips tradicional, que relacionava positivamente emprego e inflação, e chega ao seu extremo com a teoria das expectativas racionais, de Robert Lucas. Esta teoria, entusiasmando liberais, praticamente decretava o enterro da macroeconomia, ao propor a incapacidade dos formuladores de política de influenciar variáveis reais.

Vida que segue, e novamente a profissão caminhou para um consenso, evoluindo para o que preferimos chamar de teoria das expectativas racionais adaptativas (em lugar de chamar de “neo-keynesianismo” o que tem muito mais de Friedman e Robert Lucas, que de Keynes). Nesse novo “consenso”, agentes econômicos seriam racionais, mas informações poderiam ser assimétricas e demandar certo tempo para

plena absorção. A rigidez de contratos poderia também causar atrasos nos ajustamentos de preços e salários. Posto assim, formuladores de política teriam espaço para agir em certos casos, mas não deveriam exagerar em seu ativismo. Como a economia mundial andou dentro dos trilhos nas cercanias da virada do século, macroeconomistas, incorporando em seus modelos os ensinamentos da teoria convencional, pareciam viver um momento de glória.

A eclosão da crise recente, iniciada no mercado imobiliário, mas rapidamente transportada para o setor financeiro, veio modificar o cenário para a profissão e instigar indagações. Como é que os economistas não conseguiram prever o ocorrido? Teriam ainda validade seus modelos? As respostas não estão prontas, mas uma coisa parece certa: características do mercado financeiro e mecanismos que interferem na oferta de moeda e do crédito deverão ser incorporados, juntamente com uma variável *proxy* para o fator confiança, para que os novos modelos possam ganhar melhor conformidade com a realidade.<sup>8</sup>

Note-se, neste ponto, que há muito não falamos de “austríacos” e suas contribuições para o conhecimento econômico. A macroeconomia austríaca cinge-se à envelhecida Teoria Austríaca de Ciclos Econômicos (TACE), de Hayek, que é vista pela nata da profissão como um velho calhambeque diante de bóldos fórmula-1. Segundo a teoria, períodos continuados de excessiva expansão do crédito e de taxas de juros baixas têm efeitos não neutros sobre a economia, estimulando exageradamente investimentos de mais longa duração (*round about methods of production*). Estes seriam *malinvestments* que não se sustentariam, terminada a fase de expansão da moeda e do crédito, propiciando a reversão do ciclo.<sup>9</sup>

A primeira crítica a ser feita diz respeito à desconsideração da racionalidade dos investidores. Por que estes fariam *malinvestments*, sabedores do caráter temporário da baixa nos juros? Abstraindo a questão da racionalidade, podemos apontar problemas maiores, advindos da

concentração da TACE, nos efeitos sobre a oferta, quando sabemos, do estudo dos mecanismos de transmissão da política monetária, que é sobre a demanda por investimentos e por bens de consumo durável que as taxas de juros exercem sua maior influência. Outro ponto de crítica refere-se à influência dos juros sobre o câmbio. Mudanças nas relações de preço *trade ables/ non trade ables* podem ter impactos muito mais fortes na estrutura da oferta, que a prevista alteração na composição dos investimentos inspirada em Böhm-Bawerk. Em suma, a TACE, por seu alto grau de irrealismo, mostra-se absolutamente imprestável para competir em igualdade de condições com os modelos macroeconômicos modernos.

Nesta altura, não queremos parecer excessivamente críticos à Escola Austríaca. Já registamos as contribuições feitas por Menger à teoria do valor e por Böhm-Bawerk à teoria do capital. Os problemas levantados pelos “pais fundadores austríacos” com relação à não homogeneidade do capital, às dificuldades de agregação de variáveis econômicas, à necessidade de uma visão dinâmica na busca de um equilíbrio sempre por acontecer, etc. etc., são também contribuições importantes que induziram maior cautela e rigor na construção do corpo da doutrina econômica convencional. Finalmente, cabe destacar a influência que Mises teve sobre os trabalhos de Gary Becker, ao fazer apelos para o uso do instrumental da Economia em outros campos do conhecimento.<sup>10</sup> Mas, confrontada com tudo o que foi feito pela *mainstream economics*, principalmente a partir da Grande Guerra, a Escola Austríaca mostra-se, simplesmente, desimportante.

Todo jovem liberal, ou libertário, como queiram, precisa saber que não precisa aderir a uma pretensa *Austrian economics* para defender seus mais caros princípios. Pelo contrário, ao isolar-se em uma redoma, aonde não chegam os melhores instrumentos de análise sobre o fato econômico, ficará enfraquecido diante de seus opositores ideológicos, social-democratas ou socialistas, que estarão melhor apetrechados

para a argumentação dialética. O problema se exponencia se nosso jovem, apegado aos simplismo lógico do anarco-capitalismo, agarra-se apenas ao princípio da não agressão aos direitos de propriedade para fazer suas formulações teóricas. Afinal, ninguém de bom-senso admite que toda a vida em sociedade possa ser pautada por este único princípio ético, quando muitos outros princípios, igualmente nobres, estão em jogo e podem conflitar.

Para terminar, nada melhor que citar Bryan Caplan, professor da libertária George Mason University, quando explica, em artigo já famoso,<sup>11</sup> por que deixou de ser um economista austríaco. Diz Caplan: “Embora automeados economistas austríacos tenham feito algumas contribuições válidas para a Economia, estas simplesmente não são criativas o bastante para sustentar uma escola de pensamento. A tarefa de desenvolver um paradigma austríaco alternativo falhou amplamente, produzindo metaeconomia (filosofia, metodologia e história do pensamento) em abundância, mas poucos resultados substantivos”. E conclui: “*Austrians do some good economics, but most good economics is not Austrian*”.

## Notas

\* O autor nasceu no Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 1945. É economista formado na UFRJ, com mestrado e doutorado na Universidade de Chicago. Foi professor da EPGE/FGV-Rio, chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria, assessor especial da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, presidente do Sebrae e diretor do BNDES. No setor privado, exerceu atividades de consultoria e ocupou diversos cargos executivos em instituições financeiras.

1 Ver, sobre metodologia e características principais da Escola Austríaca, o Capítulo II do *Ação Humana*, de Mises, e *A Escola Austríaca de*

*Economia na Vanguarda*, de Ubiratan Iório. Para críticas e comparações com a metodologia de Chicago, hoje fortemente predominante na profissão, ver o artigo “Realismo e Abstração em Economia: Aristóteles e Ludwig Von Mises contra Milton Friedman”, de Roderick Long, e *The Chicago School versus the Austrian School*, de Robert Murphy.

2 Para uma boa síntese da evolução do pensamento econômico, principalmente até a teoria geral de Keynes, ver *Economic Theory in Retrospect*, de Mark Blaug, e a *Encyclopaedia Britannica*, Macropaedia, v. 6, “Main Currents in the Development of Economic Thought”.

3 Ver o artigo “Keynes e os Keynesianos”, de Rubem Novaes, publicado em *O Globo*.

4 Ver *The Methodology of Positive Economics*, de Milton Friedman.

5 Ver *The Quantity Theory of Money: A Restatement*, de Milton Friedman.

6 Atenção maior deve ser dada ao Capítulo 2, “Os problemas epistemológicos das ciências da ação humana”, do *Ação Humana*, de Mises.

7 Sobre os fundamentos da ciência econômica, ver os primeiros capítulos de *Man and Economics*, de Robert Mundell. Sobre a frase de Friedman, ver *Milton Friedman and the Chicago School of Economics*, de Richard Eberling.

8 Ver o artigo “Modelando a Macroeconomia”, de Rubem Novaes, publicado no jornal *Valor Econômico*.

9 Ver *Monetary Theory and the Trade Cycle* e *Prices and Production*, ambos de Hayek, e, para uma representação mais moderna da TACE, ver *Os Triângulos Hayekianos e a Estrutura do Capital* e *New Classical and Old Austrian Economics: Equilibrium Business Cycle Theory in Perspective*, ambos de Roger Garrison.

10 Ver artigo “A Economia na Política: Uma Revolução”, de Rubem Novaes, publicado no jornal *O Globo*. Note-se, entretanto, que Gary Becker, ao utilizar-se do raciocínio econômico para analisar questões pertinentes a outras áreas do conhecimento, fez uso do instrumental neoclássico tradicional.

11 Ver artigo “Why I am not an Austrian economist (anymore)”, de Bryan Caplan.

## Bibliografia

BLAUG, Mark. *Economic theory in retrospect*. New Hampshire: Heinemann Educational Books Ltd., 1977.

CAPLAN, Bryan. *Why I am not an austrian economist*. 2005. Disponível em: <<http://econfaculty.gmu.edu/bcaplan/whyaust.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2014.

EBENSTEIN, Alan. *Friedrich Hayek: a biography*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

EBERLING, Richard. *Milton Friedman and the Chicago School of Economics*. The Foundation for Economic Education, 2006. Disponível em: <[http://www.fee.org/the\\_freeman/detail/milton-friedman-and-the-chicago-school-of-economics](http://www.fee.org/the_freeman/detail/milton-friedman-and-the-chicago-school-of-economics)>. Acesso em: 1 jun. 2014.

FRIEDMAN, Milton. The quantity theory of money: a restatement. In: \_\_\_\_\_. *The optimum quantity of money and other essays*. New Jersey: Aldine Publishing Company, 1969.

\_\_\_\_\_. The methodology of positive economics. In: \_\_\_\_\_. *Essays in positive economics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1953.

GARRISON, Roger W. New classical and old austrian economics: equilibrium business cycle theory in perspective. *Review of austrian economics*. v. 5, n. 1, 1991. p. 91-106.

\_\_\_\_\_. *Os triângulos hayekianos e a estrutura de capital*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=206>>. Acesso em: 1 jun. 2014.

HAYEK, Friedrich A. *Good money: part 1: the new world*. Chicago: University of Chicago Press, 1999. (The Collected Works of F. A. Hayek, v. 5).

\_\_\_\_\_. *Monetary theory and the trade cycle*. New York: Augustus M. Kelley, 1966.

\_\_\_\_\_. *Prices and production*. New York: Augustus M. Kelley, 1967.

IÓRIO, Ubiratan Jorge. *Ação, tempo e conhecimento: a escola austríaca de economia*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. *Economia e liberdade: a escola austríaca e a economia brasileira*. Minas Gerais: Editora Inconfidentes, 1995.

\_\_\_\_\_. A escola austríaca de economia na vanguarda. *Mises: revista interdisciplinar de filosofia, direito e economia*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2013.

LONG, Roderick. Realismo e Abstração em Economia: Aristóteles e Ludwig Von Mises contra Milton Friedman. *Mises: revista interdisciplinar de filosofia, direito e economia*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2013.

MISES, Ludwig Von. *Ação humana: um tratado de economia*. [Rio de Janeiro]: Instituto Liberal, 1995.

\_\_\_\_\_. A Natureza da Atividade Econômica. *Mises: revista interdisciplinar de filosofia, direito e economia*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2013.

MURPHY, Robert. *The Chicago School versus the Austrian School*. Alabama: Ludwig von Mises Institute, 2011. Disponível em: <<http://mises.org/daily/5390/The-Chicago-School-versus-the-Austrian-School>>. Acesso em: 1 jun. 2014.

NOVAES, Rubem de Freitas. *A economia na política: uma revolução*, 2006. Disponível em: <<http://agriforum.agr.br/sobre-a-escola-austriaca-e-metodologia-economica/>>. Acesso em: 1 jun. 2014. (Publicado no jornal O Globo, 3 fev. 2006, sob o título: Ledo engano, a realidade é cruel).

\_\_\_\_\_. *Keynes e os keynesianos*, 2009. Disponível em: <<http://textospra.blogspot.com.br/2009/10/545-keynes-e-os-keynesianos-rubem-de.html>>. Acesso em: 1 jun. 2014. (Publicado no jornal O Globo, 6 mar. 2009).

\_\_\_\_\_. *Modelando a Macroeconomia*, 2011. Disponível em: <<http://arquivoetc.blogspot.com.br/2011/05/modelando-macroeconomia-rubem-novaes.html>>. Acesso em: 1 jun. 2014. (Publicado no jornal Valor Econômico, 25 maio 2011).

OVERTVELDT, Johan Van. *The Chicago School: how the University of Chicago assembled the thinkers who revolutionized economics and business*. Chicago: Agate Publishing, 2007.

ROTHBARD, Murray N. *The ethics of liberty*. New York: New York University Press, 2003.